



## QUANDO O DICIONÁRIO É NOTÍCIA: DISCURSOS NA MÍDIA SOBRE A POLÊMICA EM TORNO DO VERBETE CIGANO DO DICIONÁRIO *HOUAISS*

SÂMELA LEMOS-ROSA<sup>1</sup>, ERISLANE R. RIBEIRO<sup>2</sup>

1. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL), UFG, Regional Catalão. Rua Áustria, n. 93. Vila Chaud. CEP: 75704-070. Catalão – GO.  
E-mail: samelalr@gmail.com
2. Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística (UAELL), UFG, Regional Catalão. Rua Ana Paula, 160. Residencial Leblon. CEP: 75704-874. Catalão – GO.  
E-mail: erislane@bol.com.br

Recebido em: 28/11/2014 – Aprovado em: 16/01/2015 – Publicado em: 31/01/2015

### RESUMO

Este trabalho de iniciação científica tem como objetivo ler e analisar comentários postados no site da revista *VEJA*, a partir do texto publicado pela mesma revista, em 2012, “Cigano x *Houaiss*: faltam os judeus, baianos, japoneses...”, escrito por Sérgio Rodrigues, considerando suas condições de produção. É nosso escopo observar que discursos são correntes no que concerne à polêmica em torno do verbete cigano do dicionário *Houaiss*. Para tanto, ancoramos nos pressupostos teóricos do pensamento bakhtiniano acerca do dialogismo, detalhado por FIORIN (2006) e retrabalhado por AUTHIER-REVUZ (1990), bem como nos estudos sobre a produção de textos e discursos na mídia na contemporaneidade de CHARAUDEAU (2009) e MAINGUENEAU (2008). Ademais, buscamos as perspectivas dos estudos linguísticos sobre o tema do politicamente correto, desenvolvidas pela Análise do Discurso, a partir de POSSENTI (2002), e pela Pragmática, a partir de RAJAGOPALAN (2002). Mediante as análises, verificamos que embora tenham sido várias as tentativas de cerceamento da linguagem que defendem o discurso do politicamente correto, são mais recorrentes os posicionamentos que apoiam a liberdade de expressão, retomando, notadamente, o discurso de que não se deve (ou não surte efeito) monitorar a linguagem e/ou suprimir determinadas expressões, tendo em vista que o preconceito não está na linguagem, mas no meio sociocultural e ideológico em que essa linguagem se realiza.

**PALAVRAS-CHAVE:** discurso, politicamente correto, mídia, *Houaiss*.

### WHEN THE DICTIONARY IS NEWS: SPEECHES IN THE MEDIA ABOUT THE CONTROVERSY AROUND THE GYPSY ENTRY DICTIONARY *HOUAISS*

### ABSTRACT

This paper aims at reading and analyzing comments produced as of the text Cigano x *Houaiss*: faltam os judeus, baianos, japoneses...”, by Sérgio Rodrigues, and posted in *Veja* site, considering their production conditions. It is our scope to observe which discourses are current around the polemic about the gypsy entry in *Houaiss* dictionary. For that, our theory basis is the Bakhtinian thought about dialogism, detailed by Fiorin (2006) and reworked by Authier-Revuz (1991), as

well studies about the text and discourse production in the contemporary media like Charaudeau (2009) and Maingueneau (2008). Moreover, we seek views of linguistic studies on the topic of the politically correct, developed by Discourse Analysis, like Possenti (2002), and by the Pragmatic, like Rajagopalan (2002). By analysis, we have found that, although there were several attempts to restrict the language by those who advocate the politically correct discourse, there are more frequent positions that support the freedom expression, retaking the discourse that it should not (or it has no effect) monitor the language and/or suppress certain terms, considering that the prejudice is not in the language, but it is in the social, cultural and ideological environment in which that language is realized.

**KEYWORDS:** discourse, politically correct, media, Houaiss.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, convivemos em um mundo e um período histórico no qual as disparidades sociais são objeto de várias discussões no que se refere à falta de respeito e consideração para com aqueles que levam uma vida diferenciada dos demais pares de seu meio social. Assim sendo, lutas contra essas desigualdades estão cada vez mais se firmando de diversas maneiras, dentre as quais se evidencia “o politicamente correto”.

Nesse sentido, em nosso país, a tentativa de fazer com que a sociedade monitore sua linguagem está evidente, como por exemplo, na cartilha de QUEIROZ (2004), intitulada “Politicamente correto e direitos humanos” que visa “chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Jaime Pinsky chamou de ‘os preconceitos nossos de cada dia’” (QUEIROZ, 2004). Além desse caso, algumas tentativas de proibição de obras literárias foram instituídas, a exemplo de determinados textos de Monteiro Lobato cuja diligência de interdição vem causando muitas polêmicas por conta da presença de indícios negativos com relação aos negros, notadamente a obra *Caçadas de Pedrinho*. Tal diligência, todavia, não obteve efeito duradouro.

Um outro acontecimento que tem gerado muitas controvérsias e que constitui o escopo de nosso trabalho diz respeito à polêmica em torno do verbete “cigano” do dicionário *Houaiss*. Tal polêmica remete ao fato de que haveria, nesse verbete, definições que atribuiriam um caráter pejorativo àquele grupo social.

Dessa forma, a partir desse fato nosso objetivo é desenvolver uma leitura e análise de comentários publicados por leitores da revista *Veja*, publicados em 2012, tendo em vista os condicionamentos de sua produção, com o propósito de observar que discursos são produzidos e são frequentes no que diz respeito às discussões do politicamente correto em torno do verbete “cigano” do *Houaiss*.

Para tanto, tomamos como base teórica a noção de dialogismo segundo BAKHTIN (2000) e detalhada por FIORIN (2006) e como suporte teórico auxiliar a noção de heterogeneidade discursiva, conforme AUTHIER-REVUZ (1990). Ademais, buscamos estudos de pesquisadores sobre a produção de textos e de discursos da mídia na contemporaneidade, quais sejam CHARAUDEAU (2009) e MAINGUENEAU (2008), como também as discussões que abordam a problemática do politicamente correto nos estudos linguísticos, a exemplo dos estudos de RAJAGOPALAN (2002) e POSSENTI (2002).

Sendo assim, nosso trabalho, a princípio, enfocará a Análise Dialógica do Discurso, sobretudo, abordando a finalidade da Translinguística. Posteriormente, por meio desse referencial teórico, elucidaremos o conceito de dialogismo e também

seus dois desdobramentos, em constitutivo e como forma composicional, estabelecendo um paralelo com a noção de heterogeneidade discursiva, proposta por AUTHIER-REVUZ (1990). Na subsequência, evidenciaremos em que consiste a linguagem do politicamente correto e os enfoques de discussão sobre esse tema a partir de duas posições teóricas dos estudos linguagem: a Pragmática e a AD. E, finalmente, analisaremos os comentários de leitores da revista *Veja* sobre a polêmica em torno do verbete cigano no *Houaiss*, de forma a observar as vozes dialógicas que constituem tais dizeres, investigando se seus encaminhamentos discursivos aproximam-se mais do posicionamento da Pragmática ou do posicionamento da AD.

## **A ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO E A NOÇÃO DE DIALOGISMO**

Segundo os pressupostos bakhtinianos, é inerente a língua ser dialógica. No entanto, dialogismo não significa, apenas um diálogo face à face. Conforme assevera FIOREIN (2006, p.19),

Ao contrário, todos os enunciados do processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelece entre dois enunciados.

Desse modo, para estudar essas relações dialógicas da linguagem em sua enunciatividade, instaurando o discurso, o Círculo de Bakhtin propõe a criação da translinguística, uma ciência que transcende a linguística. Com efeito, uma ciência que procura observar o funcionamento real da linguagem em sua unicidade e cujo objeto são as formas, aspectos e tipos da manifestação do dialogismo entre enunciados.

Sendo assim, é preciso compreender que os enunciados são sempre dialógicos e se constituem em relação aos seus sucessores e precedentes no sistema comunicacional, visto que um enunciado é sempre réplica do outro, e mesmo que acabado, essa resposta permitirá uma outra resposta. Além disso, os enunciados sempre revelam um posicionamento, já que são sempre produzidos por um autor, por um sujeito singular e único na existência, inscrito sempre em dadas condições sócio-históricas e ideológicas e ainda, carregam paixões, juízos de valor, emoções.

Como nosso propósito é analisar elementos constitutivos dos enunciados e suas relações dialógicas, enfocaremos a seguir a noção dialogismo em sua subdivisão em constitutivo e como forma composicional, como também, sua acepção expandida e retrabalhada por AUTHIER-REVUZ (1990), a partir da noção de heterogeneidade discursiva.

O dialogismo é o princípio constitutivo do enunciado, pois este é sempre construído em função de outrem, sempre se dirige a outrem. Nesse sentido, as interações verbais sempre se dão em um espaço de palavras e contrapalavras, de modo que o princípio constitutivo do dialogismo funciona no diálogo de várias vozes, de posições convergentes e divergentes, a depender do conjunto de valores, dos sistemas culturais, da conjuntura axiológica pelos quais os sujeitos realizadores dos enunciados compartilham visões de mundo em suas interações.

A partir desse conceito BAKHTINIANO & AUTHIER-REVUZ (1990), uma linguista da enunciação que desenvolveu a noção de heterogeneidade discursiva em seu desdobramento como heterogeneidade constitutiva, ressignificando tal conceito e alargando suas dimensões de alcance, quer seja, as dimensões inconscientes que também são constitutivas das interações verbais.

Conforme a abordagem revuziana, detalhada por CARDOSO (2003), a heterogeneidade constitutiva é desenvolvida no nível do inconsciente e do interdiscurso, em cujo contexto não aparece o outro. E entende-se como “outro” o interlocutor, outra maneira de interpretar uma palavra, palavras do outro, outra língua, outro léxico discursivo, outro discurso.

Nesse sentido, o discurso existe enquanto dialógico e o dialogismo é efetivado no nível em que o discurso é constituído de “já-ditos” e no nível em que o discurso não existe sem seu precedente, determinando uma ação contínua de produção do discurso, e não acontece marcação linguística, bem como consciência do locutor.

O dialogismo composicional é o discurso de outrem em um enunciado marcado linguisticamente. Com efeito, é a manifestação do dialogismo constitutivo. “Trata-se da incorporação pelo enunciador da voz ou das vozes de outro(s) no enunciado [...] são maneiras externas e visíveis de mostrar outras vozes no discurso.” (FIORIN, 2006, p.32-33).

Sendo assim, há duas formas de inserção do discurso do outro em um enunciado: o discurso alheio demarcado, que é objetivado, e o não marcado, sendo este bivocal. Assim como ocorre com o dialogismo constitutivo, o dialogismo composicional foi retrabalhado por AUTHIER-REVUZ (1990) pelas vias das formas de heterogeneidade mostrada no discurso, “através das quais se altera a unicidade aparente da cadeia discursiva, pois elas aí inscrevem o outro (segundo modalidades diferentes, com ou sem marcas unívocas de ancoragem)” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

Segundo a autora, a heterogeneidade mostrada marcada se apresenta em duas formas, mediante as quais se manifesta o discurso alheio: uma marcada e outra não marcada. A primeira se mostra por meio do discurso direto, enquanto a segunda traz o outro, que é dado a conhecer, sem nenhuma marca unívoca, por meio do discurso indireto livre.

A partir dessa fundamentação numa concepção dialógica da linguagem, tencionamos analisar a linguagem do politicamente correto, a qual passamos doravante a abordar.

### **A LINGUAGEM DO “POLITICAMENTE CORRETO”**

A expressão “politicamente correto” constitui uma prática discursiva que propõe substituir termos que veiculariam sentidos preconceituosos por outros que teriam um caráter mais neutro, ameno e desprovido de discriminação. Dessa forma, é expressão que se aplica à linguagem, bem como a diversos outros campos: “a esfera do politicamente correto abrangeria classe, raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, descapacitação e outros marcadores de subalternidade. Mas, sem dúvida, o exemplo paradigmático sempre foi racial” (AVELAR, 2011).

Há duas perspectivas, nos estudos da linguagem, que, de forma antagônica, discutem o tema do politicamente correto: a perspectiva da Pragmática, apresentada por RAJAGOPALAN (2002), e a perspectiva da AD, abordada por POSSENTI (2002).

Em conformidade com a visão dos estudos pragmáticos, “a linguagem tem um tremendo impacto sobre as coisas e os acontecimentos [...] a linguagem

politicamente correta serve ao propósito de conscientizar os usuários da língua [...] de um certo fenômeno lingüístico que apenas reflete e consagra uma prática social de discriminação.” (RAJAGOPALAN, 2002, p.100-101)

O autor assevera que “[...] a principal fonte do poder da mídia advém do poder da linguagem.” (RAJAGOPALAN, 2002, p.100). Desse modo, as formas linguísticas que carregassem indícios negativos, ou seja, de discriminação, teriam a possibilidade de serem substituídas por outras de caráter mais neutro, amenizando a intensidade das discriminações, pois, para RAJAGOPALAN (2002), a linguagem é a “roupagem do pensamento”, a qual deveria ser utilizada cuidadosamente, e o mais cômodo seria se a comunidade estivesse em constante reforma linguística, incorporando outros termos à linguagem que aportassem sentidos mais politicamente corretos e suprimindo termos cujos sentidos se esvaziaram pelo uso e práticas preconceituosas.

Já na ótica da Análise do Discurso, a linguagem é entendida em seu funcionamento, no fluxo de sua perene construção de sentidos. Dessa forma, consideram-se sempre os aspectos extralinguísticos de um enunciado, produzido por um sujeito inscrito em dadas condições de produção. Assim, um enunciado somente pode ser definido como pejorativo por meio de sua prática discursiva, visto que um discurso não está vinculado apenas ao sujeito que o produziu, mas às condições sócio-históricas e ideológicas que o fizeram produzir tal discurso de uma dada maneira e não de outra.

A AD concebe a noção de enunciado como realização histórica e social, problematizando e analisando o politicamente (in)correto de modo aberto e multifacetado. Se um enunciado produzido é considerado racista, é porque no meio social em que ocorreu sua produção já havia práticas socioculturais e ideológicas do racismo. Com efeito, já existiam concepções racistas que incidem sobre a construção desse enunciado.

Por conseguinte, o considerado como “politicamente incorreto” não está na linguagem e sim nas visões de um meio social, cultural que baliza pontos de vista ideologicamente construídos de um sujeito ou de um grupo que tem uma história e uma simples troca ou substituição de termos linguísticos não mudaria essas concepções sociais.

Desse modo, é uma ingenuidade a concepção de que há palavras limpas e neutras, “Se tais fatos continuarem sendo considerados negativos, em pouco tempo as “novas” expressões veicularão exatamente os mesmos valores, os mesmos efeitos de sentido que veiculam hoje as formas condenadas” (POSSENTI, 2002, p.51).

Sendo assim, o politicamente correto, para muitos, é uma provável ameaça de se transformar em censura a liberdade de expressão e esse comportamento tende a atingir vários ramos de manifestação cultural.

### **MÍDIA, DISCURSO E A POLÊMICA DO HOUAISS: ANÁLISE DO CORPUS**

A mídia é uma instância que objetiva fazer circular informações, cuja função social, de acordo com MAINGUENEAU (2008), é substancialmente a informativa. E segundo CHARAUDEAU (2009, p. 19), “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular”. Com efeito, é uma linguagem que veicula posicionamentos, que apresenta óticas de mundo merecedoras de análises. *Veja* é uma instância midiática dessa natureza informativa, em cujas publicações buscamos nosso *corpus* de análise: os

comentários de leitores acerca de texto publicado em suas páginas sobre a polêmica do Houaiss.

Tal polêmica iniciou-se a partir de uma denúncia feita por um cidadão uberlandense de origem cigana, em 2009. Logo então, o Ministério Público Federal (MPF) começou a investigar e a enviar recomendações à Objetiva com a finalidade de que esse verbete fosse mudado, porém a editora Objetiva não atendeu a essas recomendações. Diante desse não atendimento, o promotor Cléber Eustáquio Neves pediu a proibição da circulação do dicionário *Houaiss* até que fossem realizadas as necessárias alterações, além de aplicar a Objetiva e ao Instituto Houaiss uma multa de R\$ 200.000 (duzentos mil reais) por causar “danos morais coletivos”.

Em vista disso, um documento do Instituto Houaiss foi enviado ao MPF, em 2010, alegando que seriam feitos os possíveis ajustamentos nesse verbete das edições digitais e das demais edições. Assim sendo, o promotor avaliou o caso, explicando que essa seria uma possibilidade de acordo, porquanto teria alcançado seu propósito.

Durante todo esse procedimento, houve muitas controvérsias por conta da tentativa de apreensão do *Houaiss*. Em torno dessa polêmica, no dia 28-02-2012, foi publicado um artigo de autoria de Sérgio Rodrigues, na revista *VEJA*, intitulado *Cigano X Houaiss: faltam os judeus, baianos, japoneses...* Nesse texto, relata o fato do MPF tentar proibir a circulação do dicionário e descreve como é definida a acepção no verbete: “que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador”.

A partir desse texto, foram publicados no site da revista 89 (oitenta e nove), dos quais recortamos 57 (cinquenta e sete) sequências discursivas para nossa análise. Para a realização das análises, fundamentando-nos nos conceitos de dialogismo constitutivo e heterogeneidade constitutiva, agrupamos sequências discursivas que dialogam entre si, tendo sido obtidos dois principais grupos: grupo dos favoráveis à ação do MPF e o grupo dos contrários à ação do MPF. Além disso, no interior de cada grupo encontramos, mediante o critério da regularidade, seis subgrupos que revelaram os mesmos encaminhamentos discursivos, de forma que as sequências recortadas tomavam uma mesma direção de posicionamento, revelando um diálogo convergente de opiniões (ver anexo).

O primeiro grupo, constituído por seis subgrupos (numerados de 1 a 6), mostra a semelhança entre as sequências discursivas no seu interior em que todos revelam ser favoráveis à ação do MPF. E nas relações dialógicas entre as sequências recortadas para compor este primeiro grupo, observamos a constituição de um primeiro subgrupo que reúne o posicionamento de que o dicionário apresenta uma acepção inexistente.

Dentre os comentaristas, Gustavo diz: “Nunca ouvi falar que cigano é burlador, ou trapaceiro, se conhecesse a história deles de verdade, saberiam que não é isso” (GUSTAVO, 28/02/2012 às 16:10).

Um segundo subgrupo se constitui a partir de opiniões convergentes em torno da seguinte ideia: afirmação da presença de preconceitos nos dicionários e alegação de que os dicionários não podem ou não devem ser preconceituosos. O que fica claro na declaração de Renata: “Soube do fato, fiquei estarelecida por este dicionário propagar preconceitos e ser pejorativo em relação a diversos povos que integram nosso país” (RENATA, 13/03/2012 às 20:10).

O terceiro subgrupo se forma em torno do enunciado O MPF agiu corretamente, em que Olga Monteiro, como por exemplo diz: “Parabéns ao MPF pela nobre iniciativa de inibir tal prática desrespeitosa” (OLGA MONTEIRO, 08/05/2012 às 12:00).

Além disso, um quarto subgrupo é constituído pela congruência de posicionamento que defende o MPF com a menção de outros fatos semelhantes. Como por exemplo, Pedro, que acrescenta outros termos que carregam indícios negativos: “E ainda temos o uso carioca de “alemão” e o famoso verbo “judiar”...” (PEDRO SETTE-CÂMARA, 28/02/2012 às 14:38).

O subgrupo 5, constituído por sequências dialógicas convergentes, que giram em torno do posicionamento de que as ações do MPF decorreram de iniciativas populares defendendo a bandeira dos ciganos. Assim, uma das sequências desse subgrupo é um comentário de Bruno Moreira dizendo: “A própria reportagem informa que ela foi originada a partir da insatisfação de um grupo social, contrariado com as definições contidas no dicionário.” (BRUNO MOREIRA, 28/02/2012 às 15:35).

Finalmente, o último subgrupo é formado por um diálogo concordante que tem a ideia de que os dicionaristas são preconceituosos. Ana Rita, por exemplo, explica: “Entende-se que para se fazer um dicionário seja uma pessoa culta, que nos oriente e tire nossas duvidas, no entanto ao desejar fazer uma pesquisa deparei-me com este desrespeito digno de processo e demonstrando a verdadeira personalidade do autor.” (ANA RITA, 05/06/2012 às 23:13).

Sendo assim, podemos dizer que nesses seis agrupamentos discursivos selecionados, as vozes dialogam umas com as outras, chegando a uma síntese de que eles são favoráveis à ação do MPF, seja pela defesa do MPF, dos ciganos ou pela acusação dos dicionaristas.

Porém, em relação a uma palavra sempre existe uma contra palavra. O diálogo não é somente de convergências, de vozes que se encaminham na mesma direção. Há vozes divergentes, há um diálogo tenso de diferenças e de vozes contrárias que abrem a polêmicas de forma clara ou velada, como já ressaltamos anteriormente.

Destarte, o segundo grupo Contrários à ação do MPF se constitui por um diálogo também convergente de opiniões em seu interior, divididas em seis subgrupos (numerados de 7 a 12), todavia revelando posicionamentos que contrariam as ideias do grupo anterior.

O sétimo subgrupo que se forma é composto por recortes de comentários que gravitam ao redor do posicionamento de que os dicionários apenas registram as acepções existentes. Exemplo disso está na fala de Júlio Freire que afirma: “Na minha opinião trata-se do melhor e mais completo dicionário da língua portuguesa e a definição das palavras limita-se a registrar o uso que lhe é dado na prática da língua falada, sem qualquer juízo de valor” (JÚLIO FREIRE DE ANDRADE, 28/02/2012 às 19:40).

Assim, o subgrupo 8 se constitui por opiniões dialógicas convergentes que se posicionam em torno da seguinte ideia: a censura é um retrocesso, como por exemplo, J., um dos comentarista desse subgrupo, alega: “hoje em dia temos que ficar nos “censurando” ou então “pensando duas vezes antes de escrever algo para que não sejamos mal compreendidos. Isso significa um retrocesso” (J., 28/02/2012 às 15:54).

Nesse segundo grupo dos contrários à ação do MPF, um nono subgrupo aglutina-se em torno do posicionamento de que o procurador/ o MPF deveria trabalhar efetivamente, em que o comentarista Carlos Sá, por exemplo, queixa-se: “E estes procuradores são pagos com nosso dinheiro para produzirem demandas de tão baixa qualidade como esta?” (CARLOS SÁ, 28/02/2012 às 15:29).

A partir de outro diálogo convergente, um décimo subgrupo é formado evidenciando o posicionamento que defende a liberdade de expressão com a menção de outros fatos semelhantes que poderiam vir a ocorrer em que Helton

comenta: “Vejam o caso do ridículo “presidenta” que eles usam para se referir à presidente Dilma. Sou mineiro, e não falem que mineiro é desconfiado que irei processar vocês! eheheh” (HELTON, 29/02/2012 às 9:38).

As sequências relativas ao penúltimo grupo vão de encontro às ações do grupo que processou o dicionário e ao próprio MPF, por conta de suas ações, em que um dos comentaristas do subgrupo 11, Carlos Henrique protesta: “Se os ciganos quiserem receberem a pecha de ditadores, intolerantes, censuradores e outros termos ainda piores, é só continuarem com esta ação, se achando às vitiminhas. Não vai ser com ações desse tipo que o povo cigano vai ser bem visto. O que os ciganos esperam com isso conseguirem? Serem respeitados? Se insistirem nessa questão serão mal vistos por toda a sociedade. (CARLOS HENRIQUE, 28/02/2012 às 17:25).

Enfim, o último subgrupo desse grupo é constituído por recortes de comentários que dialogam, apresentando convergência de ideias que condensam o seguinte posicionamento: os dicionaristas não têm nada a ver com o verbete, como por exemplo, Rafael que explica: “O dever do lexicógrafo é a fidelidade aos fatos, por mais desagradáveis e odiosos que sejam ou tenham sido. Por isso, esses significados antigos, que refletem preconceitos ancestrais, merecem seu espaço no verbete.” (RAFAEL, 29/02/2012 às 10:31).

Diante disso, em suma, podemos dizer que dois grupos foram constituídos no diálogo das vozes comentaristas acerca do texto de Rodrigues (2012), mostrando-se favoráveis ou contrárias à ação do MPF. Para cada grupo, foram instaurados subgrupos de modo a evidenciar encaminhamentos discursivos convergentes, agrupando ideias e unindo pontos de vista.

O primeiro subgrupo foi composto por três sequências de pontos de vista similares, em que os leitores demonstram ser favoráveis à ação do MPF, pois as acepções registradas sobre os ciganos seriam inexistentes e não compartilhadas por todos. O segundo subgrupo é constituído por cinco amostras de comentários, ressaltando a ideia de que os dicionários não devem/podem ser “preconceituosos”, enquanto o terceiro subgrupo é formado por três sequências que declaram claramente que a ação do MPF é correta, revelando-se, portanto, os enunciados de tais sequências totalmente favoráveis a essa ação.

O quarto subgrupo, composto por nove sequências, evidencia por meio da retomada de outros fatos similares a defesa das ações do MPF, seguido do quinto subgrupo, formado por três recortes que referendam as ações do grupo que processou o Houaiss.

E, por fim, o sexto subgrupo, também constituído por três comentários, ressalta o posicionamento de que os dicionaristas compartilham de preconceitos e os levam aos dicionários, promovendo sua circulação e difusão.

Por conseguinte, com relação a esse grupo foram analisadas no total 24 (vinte e quatro) sequências em que todas as vozes comentaristas revelam ser favoráveis à ação do MPF.

Já o segundo grupo é composto por contrapalavras que se mostram contrárias à ação do MPF, já que as sequências recortadas e os subgrupos que formam são totalmente opostos às sequências do primeiro grupo, instaurando uma polêmica clara de posicionamentos.

O sétimo subgrupo possui seis sequências de comentários semelhantes em que, ao contrário do primeiro subgrupo da sequência anterior, seus autores se manifestam não serem favoráveis à ação do MPF, considerando que os dicionários apenas registram acepções existentes. O oitavo subgrupo contém duas amostras de



comentários similares em que se afirma que a censura através da tal ação um verdadeiro retrocesso, instaurando uma polêmica aberta com as sequências do segundo subgrupo que, por sua vez, ressaltam que o dicionário é preconceituoso.

O nono subgrupo é composto por sete recortes semelhantes que defendem a posição de que o procurador/o MPF deveria trabalhar efetivamente, enquanto o décimo subgrupo, formado por quatorze sequências, defende a liberdade de expressão a partir da retomada de outros fatos semelhantes.

O décimo primeiro subgrupo possui duas ocorrências que vão de encontro com as ações do grupo que processou o dicionário, assim como o décimo segundo e o último subgrupo, também constituído por duas sequências que ressaltam o fato de os dicionaristas não terem nada a ver com o verbete registrado, contrariando prontamente o sexto subgrupo que considera os dicionaristas como preconceituosos. Isso quer dizer que além dos grupos serem opostos, instauram-se subgrupos que travam um diálogo convergente no interior de cada grupo. Além disso, subgrupos de um grupo se opõem a subgrupos do outro agrupamento de modo a instituir uma autêntica polêmica clara na interação dessas vozes publicadas na revista *Veja* e a revelar um verdadeiro confronto de posições acerca do politicamente correto.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o segundo grupo atingiu o total de 33 (trinta e três) ocorrências de comentários, ao passo que o primeiro atingiu 24 (vinte e quatro), encaminhando-nos, mediante o critério da recorrência, à percepção de que o segundo tem mais sequências discursivas e, portanto, é mais frequente que o primeiro. Percentualmente, o primeiro grupo obteve uma média de 42,10% das 57 ocorrências recortadas, ao passo que o segundo obteve 57,90%, evidenciando uma diferença de 15,80%, conforme tabela abaixo:

**TABELA 1.** Recorrência dos resultados.

<b>Grupo</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Frequência</b>
Contrários à ação do MPF	24	42,10%
Favoráveis à ação do MPF	33	57,90%
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100%</b>
<b>Diferença percentual</b>		<b>15,80%</b>

Dessa forma, há uma maior recorrência de vozes que se posicionam contra a ação do MPF. Defendendo a liberdade de expressão. Nessa direção, pode-se dizer que esse grupo é contra o politicamente correto, pois vai de encontro com as ideias apresentadas no primeiro grupo, aproximando-se, assim, da perspectiva teórica da Análise do Discurso. Nesse sentido, as acepções dependeriam do contexto em que são inseridas para que se possa analisar se realmente estão sendo usadas pejorativamente ou não e que a discriminação não está na linguagem, mas sim nas concepções sociais.

Diferentemente deste segundo grupo, no primeiro grupo as vozes são favoráveis à ação do MPF, defendendo a posição de que os dicionários são preconceituosos e que o MPF agiu de forma correta. Nesse sentido, podemos afirmar que esses pontos de vista nos levam à percepção de que esses comentários são favoráveis ao

“politicamente correto”. Dessa forma, também podemos dizer que tais comentários encaminham-se para a perspectiva da Pragmática que defende a ação do “politicamente correto”, tendo em vista que o preconceito poderia residir na linguagem e uma das formas de combate às discriminações seria começar pela própria linguagem.

Logo, mediante essa análise é possível perceber que, apesar de tentativas e defesas de um policiamento linguístico ultimamente, como também do empreendimento de ações como esta de proibir a circulação de um dicionário e demandar a exclusão de um verbete, a maioria das pessoas que se posicionam por via de comentários no site da revista *Veja* coloca-se contra tais iniciativas, retomando e tornando recorrente, especialmente, o discurso segundo o qual não se deve (ou não surte efeito) cercear a liberdade de expressão dos indivíduos.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao PIBIC pela concessão da bolsa.

### REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas: IEL/ UNICAMP, 19, p. 25-42, 1990.

AVELAR, I. As origens da expressão “politicamente correto”. **Revista Forum**. 4 abr. 2011. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/idelberavelar/2011/04/04/as-origens-da-expressao-politicamente-correto/>. Acesso em 15 out. 2013.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CARDOSO, S.H.B. Heterogeneidade mostrada. In: \_\_\_\_\_. **Discurso e ensino**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 125-141.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

FIORIN, José Luiz. O dialogismo. In: \_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006. p. 18-59.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a Análise do Discurso. In: \_\_\_\_\_. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002. p.37-59.

QUEIROZ, A.C. **Politicamente correto e direitos humanos**: pesquisa e texto: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a\\_pdf\\_dht/cartilha\\_politicamente\\_correto.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf). Acesso em 15 out. 2013.

RAJAGOPALAN, K. Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”. In: SILVA, Fábio Lopes da; MOURA, Heronides Maurílio de Melo (Orgs.). **O direito à fala**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2002. p.93-102

RODRIGUES, S. Ciganos x Houaiss: faltam judeus, baianos, japoneses..... **Revista Veja**. 2012. Disponível em: [http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades - etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/](http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/ciganos-x-houaiss-depois-virao-judeus-baianos-japoneses/). Acesso em 08 ago. 2013.